

RELATÓRIO
E CONTAS
CONSOLIDADAS

2024

65 ANOS
1959 2024





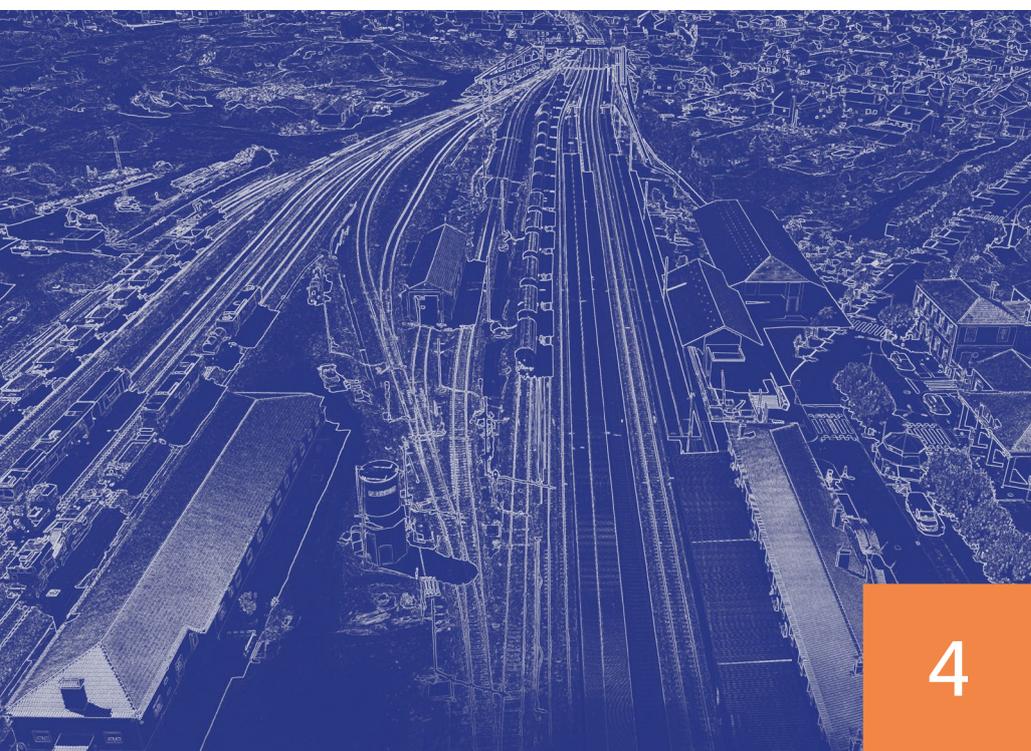
Conservatória do Registo Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará n.º 568

An aerial architectural drawing of a city grid, rendered in white lines on a dark blue background. The drawing shows a complex network of streets and building footprints. A large, stylized white number '65' is overlaid on the center of the image. The '6' is a simple outline, and the '5' is a thick, solid shape. The overall style is technical and architectural.

65

ANOS
1959-2024

ÍNDICE



1°

A CONDURIL

4

2°

RELATÓRIO
CONSOLIDADO
DE GESTÃO



12

3°

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
E ANEXO



30



4°

RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL

88

5°

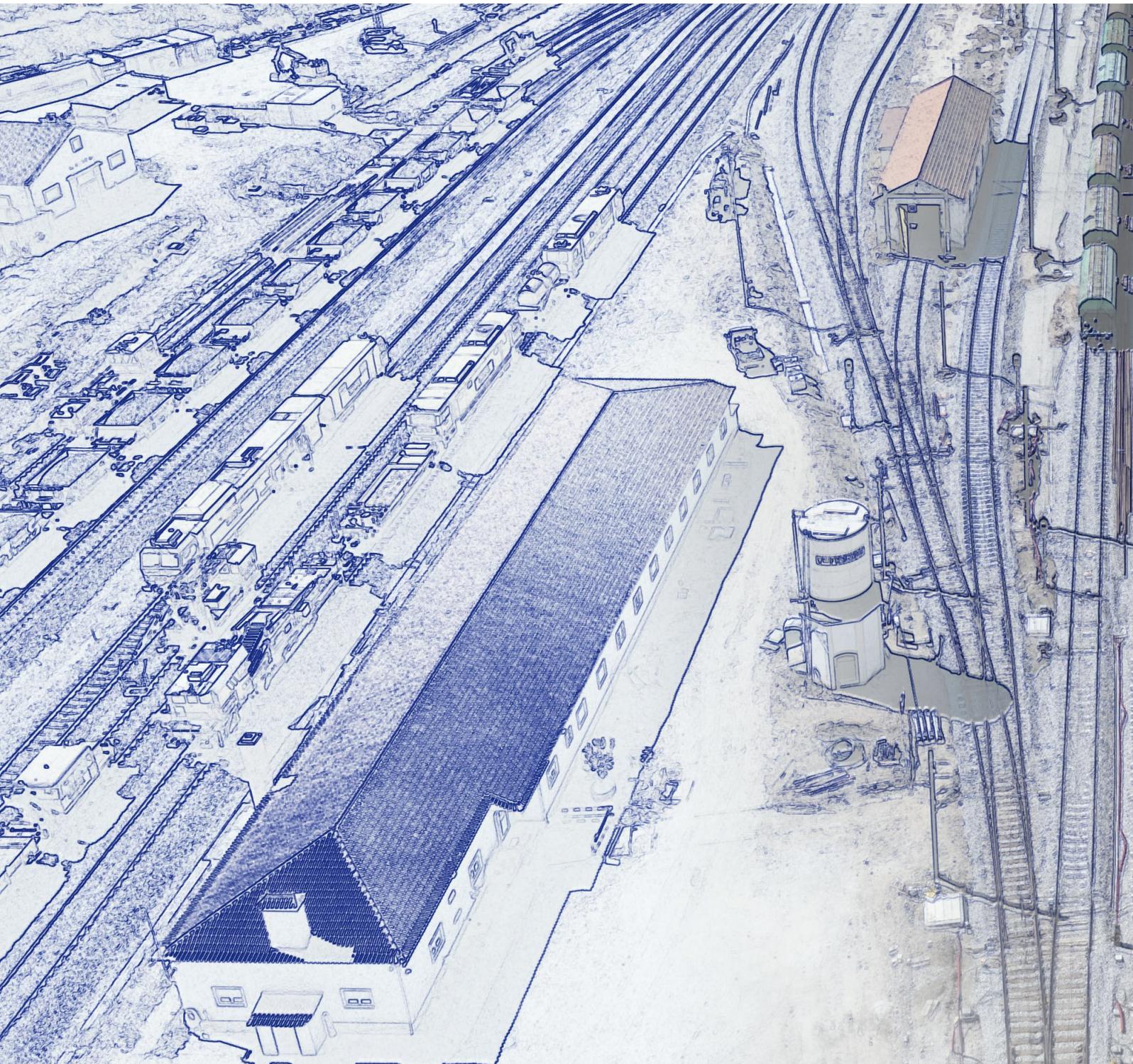
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS
CONSOLIDADAS



92

1°

A CONDURIL





MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Benedita Amorim Martins
Presidente do Conselho de Administração

Caros acionistas e stakeholders,

O ano de 2024 trouxe muitos desafios à Conduril, tanto no mercado nacional como no internacional.

Em Portugal, embora se tenha verificado um aumento no lançamento de empreitadas, estas continuam a ser lançadas com bases desajustadas da realidade, o que não nos permitiu angariar o número de obras desejável.

Este facto, juntamente com o terminar de empreitadas de referência, levou a uma diminuição do volume de negócios, o que nos obrigou a um redimensionamento da estrutura visando uma maior eficiência das nossas operações.

Participámos nos concursos da Linha Ferroviária da Alta Velocidade, através do consórcio português Lusolav, tendo sido os únicos concorrentes. O consórcio Lusolav foi adjudicatário do primeiro troço entre Porto-Oiã e esperamos que as obras iniciem em 2026.

Em 2024, ganhámos dois projetos que vão contribuir para um mundo melhor e mais sustentável, um parque eólico para a Iberdrola e a construção de uma unidade de produção de biocombustíveis, projeto HVO para a Galp.

Em África, o ano continuou a ser marcado pela instabilidade e pela guerra, atrasando o início de projetos e reduzindo o lançamento de novos. Contudo, a nossa estratégia de atuação permitiu angariar uma grande carteira de obras com financiamento internacional, que nos permitirá

“Agradeço a todos os trabalhadores, clientes, fornecedores, entidades bancárias e demais *stakeholders*, a colaboração e cooperação demonstrada com a Conduril ao longo da sua existência e, em particular, neste último ano.”

reforçar a nossa posição neste mercado. Temos perspectivas positivas de que os financiamentos internacionais das nossas obras estejam operacionais em breve, pelo que esperamos um crescimento acentuado no volume de negócios em África para os próximos dois anos.

Durante o ano de 2024, a Conduril continuou o trilho da sustentabilidade, tendo publicado o primeiro relatório da pegada de carbono, abrangendo todas as geografias do Grupo Conduril. Este trabalho irá permitir monitorizar a evolução do nosso impacto ambiental e orientar as ações necessárias para alcançar a meta de redução de emissões de gases com efeito de estufa estabelecida para 2030.

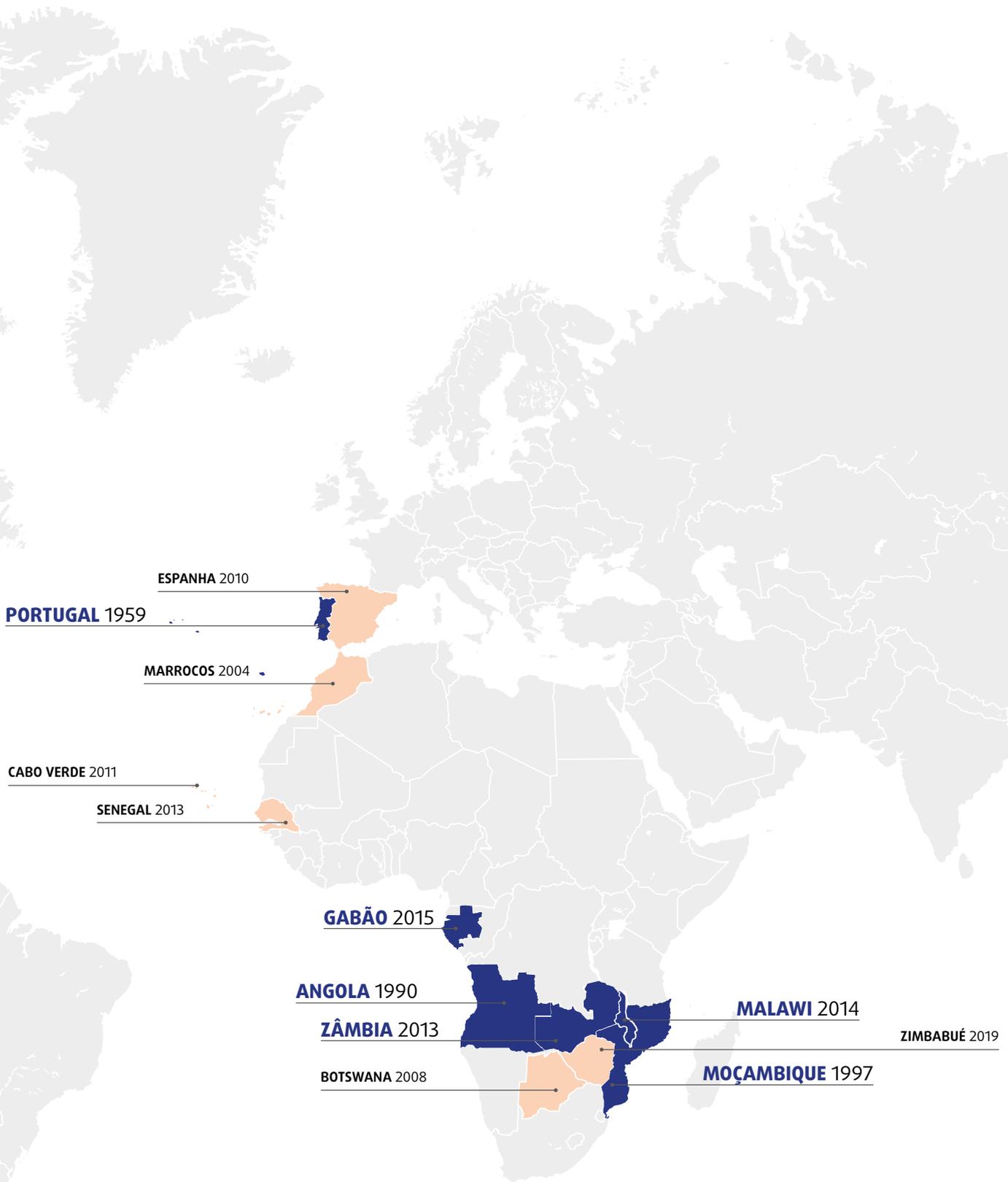
Adicionalmente, reforçámos o alinhamento das nossas práticas com os pilares ESG ao publicar as políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão e de Compras Sustentáveis, que refletem os padrões éticos e ambientais que norteiam a nossa atuação.

No âmbito da nossa responsabilidade social, e numa parceria com a Faculdade de Engenharia do Porto, criamos as bolsas Conduril - Engenheiro Amorim Martins.

Para 2025, mantemos a determinação na implementação da nossa Política de Responsabilidade Social Corporativa. Entre os principais destacamos a preparação do reporte de sustentabilidade em conformidade com a diretiva CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*), fortalecendo assim, a transparência e a confiança nos processos de comunicação com todos os *stakeholders*.

Com uma história de 65 anos dedicada à engenharia civil, a Conduril - Engenharia, S. A. (adiante designada por Conduril), denominação que adota desde 2011, foi fundada em 1959 como uma sociedade por quotas e transformada em sociedade anónima em 1976. Em 1970, ocorre uma importante alteração na sua estrutura acionista, que influenciará o seu destino até aos dias de hoje. Com as suas ações admitidas à negociação em bolsa desde 1990, atualmente encontra-se cotada no mercado não regulamentado Euronext Access.

A Conduril tem a sua Sede em Valongo, Portugal, localização a partir da qual iniciou a sua internacionalização:



Neste longo percurso participou em centenas de projetos alicerçados nos seus princípios e valores, dando cumprimento aos melhores padrões de qualidade e especificações exigidos, como garantia da satisfação dos seus clientes e demais *stakeholders*.

O modelo de governo da Conduril está assente em princípios amplamente difundidos no seu seio, que caracterizam e regulam a sua atuação e alicerçam a sua perenidade, estando sempre presente que “Temos de ser uma das melhores empresas de Engenharia simultaneamente mais competitiva e mais humana. É este, individualmente e coletivamente, o nosso **COMPROMISSO e PROPÓSITO.**”

(Estrutura Organizacional, fevereiro de 2018).

Para tal, a sua estratégia de negócio tem como pilares:

Visão

A CONDURIL desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ter uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

Valores

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
(Vice-Presidente)
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Nélson José de Sousa
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
João Tiago Barros de Jesus (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)

2°

**RELATÓRIO CONSOLIDADO
DE GESTÃO**





MALAWI

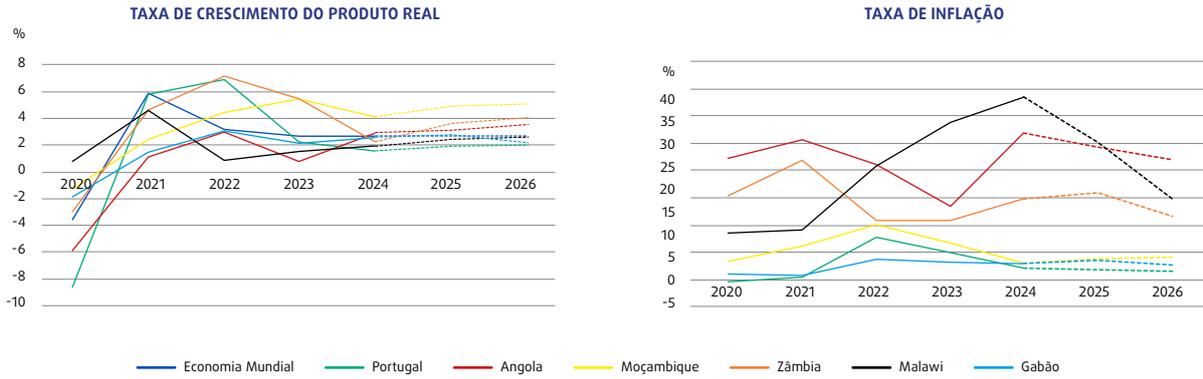
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

O Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., no cumprimento dos estatutos e disposições legais aplicáveis, apresenta e submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do período e demais documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2024.

1.

O ano de 2024 perspectivava-se já como sendo desafiante, envolto num ambiente macroeconómico ainda muito prudente e com ritmos diferenciados entre as várias economias. Porém, aos desafios já presentes no contexto internacional geopolítico, o ano de 2024 introduziu novas variáveis que geram incertezas significativas quanto ao modelo global futuro.

De acordo com as últimas estimativas das Nações Unidas, a economia mundial deverá ter apresentado um crescimento real de 2,7%, projetando-se para o biénio 2025-26 um crescimento equivalente. Aos níveis débeis de crescimento da zona euro – que dificilmente ultrapassarão os 1% – contrastam os valores mais exacerbados das economias emergentes – rondarão os 4%, mas com muitas disparidades entre si. Ainda assim, a força deste crescimento tem vindo a enfraquecer mostrando-se insuficiente para garantir os desejáveis níveis de desenvolvimento que permitam a redução de pobreza e a convergência para os níveis de rendimento das economias mais avançadas.

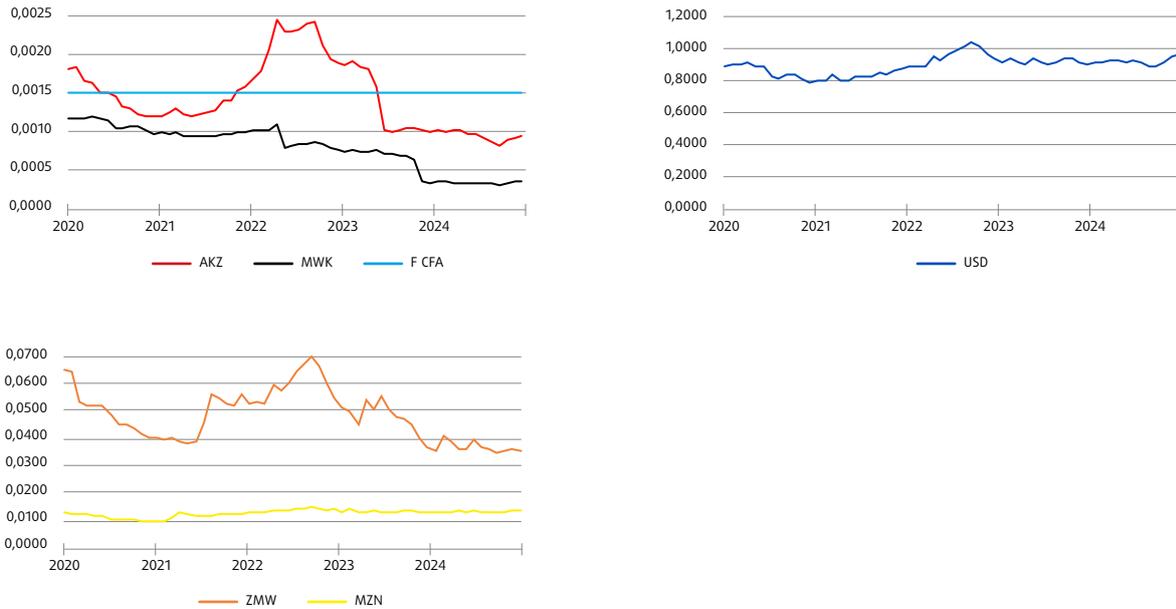


Fonte: World Economic Situation Prospects 2025 – Nações Unidas

Esta é a realidade também sentida ao nível das economias onde o grupo Conduril desenvolve a sua atividade:

- Portugal, em 2024, apresentou um crescimento em torno dos 2% – estimulado pelo consumo privado e pelo investimento – conseguiu controlar a inflação na meta dos 2%, beneficiando de uma política monetária menos restritiva, de um baixo desemprego (6,5%), tendo garantido a aprovação do orçamento de Estado para 2025, o que à partida anteveria estabilidade política;
- nas economias africanas persistiram aumentos acentuados dos níveis dos preços, com impactos severos na desvalorização das suas moedas, o que intensifica os reptos nestes países altamente endividados, muito vulneráveis a fenómenos meteorológicos extremos, cada vez mais frequentes, condicionando a atração de novos investimentos, atrasando o necessário crescimento e aumento de produtividade.

EVOLUÇÃO TAXAS DE CÂMBIO



2.

O setor da construção é fortemente influenciado pela conjuntura económica, sendo também ele um agente fundamental de estímulo ao crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Como tal, o enquadramento foi diferenciado nos diferentes mercados onde o grupo Conduril se encontra.

Em Portugal, o setor tem-se mostrado resiliente e tem crescido mesmo perante as dificuldades de escassez de mão de obra, da evolução dos preços dos materiais e dos custos de financiamento, das exigentes práticas de construção mais sustentáveis e da transformação digital que se impõe.

O ano 2024 foi o ano de arranque dos dois primeiros concursos de um projeto único em Portugal: a construção da nova Linha Ferroviária de Alta Velocidade. Este projeto, integrante do Plano Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), visa melhorar a capacidade e competitividade ferroviária, reforçar a conectividade territorial e promover a descarbonização.

Neste contexto, a Conduril faz parte do consórcio de empresas portuguesas, LusoLav, que entregou em julho de 2024 e em janeiro de 2025 propostas para o lote A e lote B, respetivamente, do Concurso Público Internacional para a Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã e entre Oiã e Soure. Em ambos os concursos, este consórcio foi concorrente único em consequência da falta de adequação dos valores base dos concursos. Esta é uma realidade em que as entidades públicas insistem, valores base dos concursos irrealistas, obrigando as empresas a esforços desmedidos e insustentáveis para garantir a participação nos projetos, culminado, muitas vezes, na desertificação dos concursos.

Empenhado em contribuir para um desenvolvimento global mais sustentável, o grupo Conduril tenta participar em projetos que o promovam e facilitem a transição para uma economia circular. Neste âmbito, em 2024, ganhou dois importantes projetos: uma unidade de biocombustíveis da Petrogal que nascerá em Sines para produzir diesel renovável (HVO, uma alternativa de menor intensidade carbónica) e um parque eólico para a Iberdrola.

A reabilitação da emblemática Ponte Marechal Carmona, primeira ponte sobre o rio Tejo, é também uma das obras de referência ganha em 2024. O grupo Conduril continua a desenvolver o seu polo de atividade na zona de Sines, tendo angariado mais um importante projeto de reabilitação dos postos de acostagem, por onde se efetuam todas as entradas e saídas de produtos movimentados pela Galp por via marítima.

Ainda no decurso de 2024, foi concluída a construção do estaleiro central da Conduril nos Açores, na ilha de São Miguel, composto por duas naves de armazém e laboração e um edifício de apoio administrativo que permite também o alojamento de 20 pessoas. Esta infraestrutura assume particular importância no objetivo da empresa de expansão que se tem vindo a consolidar neste mercado.

Já em África, as incertezas e dúvidas aportadas ao mercado, continuam a atrasar o início de novos investimentos e causaram um impacto significativo na atividade económica do sector, com consequências severas na sua evolução. Este atraso tem sido também comprometido pelas disrupções na cadeia produtiva, especialmente ao nível dos materiais, matérias-primas e equipamentos.

De facto, o mercado africano caracteriza-se, nos últimos anos, por uma significativa redução de projetos, com financiamento externo e/ou interno, fruto da dificuldade dos países conseguirem fundos que suportem os custos da transformação de infraestruturas que ambicionam. Este fator tem originado uma competição cada vez mais forte entre as empresas (principalmente estrangeiras), com a consequente queda abrupta dos preços, via redução das margens ou até via sacrifícios nos custos.

Perante a concorrência feroz, até com indícios de deslealdade económica – muitas vezes aceite pela União Europeia, enquanto entidade financiadora – o grupo Conduril tem centrado a sua atenção em projetos nos segmentos onde consegue ser mais competitiva e rentável, mas que garantam a necessária liquidez. Esta estratégia tem-se mostrado eficaz, pois permitiu angariar uma forte carteira de obras com financiamento internacional o que permitirá reforçar a sua posição.

Em Angola, apesar dos constrangimentos sentidos neste mercado, o grupo angariou um conjunto importante de novas obras, mas cujo início dos trabalhos se encontra ainda condicionado por situações que lhe são alheias, mas que se espera que sejam desbloqueadas ao longo de 2025:

- Barragem da Chicomba - com financiamento da linha entre Angola e Portugal assinado durante o ano de 2024 e cujas condições precedentes estão em fase de conclusão;
- Fornecimento e montagem de 186 pontes metálicas Acrow nas 21 províncias de Angola – com financiamento norte americano, do EXIM Bank, o qual foi assinado durante o ano de 2024, encontrando-se as condições precedentes também em fase de conclusão;
- Construção da rede de abastecimento de águas à região agro-pastoril de Porto Amboim – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025;
- Construção de estrada com extensão de 105 km na província do Bengo – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025;
- Construção das pontes do troço Quibala - Gabela – cujo contrato de financiamento deverá ser assinado em 2025;

Assim, a atividade em 2024 foi garantida, com algum crescimento face a 2023, com várias obras de emergência, algumas das quais ainda se irão estender para 2025. Em 2024, ficou concluído e em plena utilização o novo edifício sede em Luanda, o qual, além das valências de escritórios e habitacionais, está também apto para eventos e formações.

À estagnação económica que já assolava Moçambique, consequência do terrorismo instalado no norte do país e que paralisou o projeto de gás natural que estava em curso, juntou-se no último trimestre de 2024, na sequência das eleições presidenciais, um clima de instabilidade, destruição e desobediência civil, que inibiu a prossecução programada dos trabalhos das obras do grupo Conduril financiadas pela União Europeia.

Na Zâmbia, a entrada do Fundo Monetário Internacional transmitiu confiança e um novo ânimo aos mercados e aos investidores. Em 2024 foi angariada uma nova obra, com financiamento do Banco Mundial, o que permitirá ao grupo Conduril manter-se neste mercado nos próximos anos.

Em 2024, entrou em vigor o Millennium Challenge Account Malawi II, um programa de cinco anos promovido pelo governo dos EUA, no valor de 350 milhões de dólares, que visa reduzir a pobreza e estimular o crescimento económico do país. O grupo Conduril ambiciona ganhar alguns concursos neste âmbito e assim alargar a sua carteira neste mercado.

No Gabão, a obra em curso, abastecimento de águas em Libreville, encontra-se em fase de conclusão não se antecipando novos projetos a curto prazo estando em avaliação a continuação neste mercado.

3.

Em 65 anos de existência, o grupo Conduril pode orgulhar-se da robustez dos seus indicadores económico-financeiros que lhe permitiram ter músculo para enfrentar as situações mais adversas. Porém, o ano de 2024 foi um ano particularmente difícil e pela primeira vez a rentabilidade foi significativamente abalada.

INDICADORES	2024	2023	2022
Ativo (€)	368.389.370	361.871.380	387.048.715
Passivo (€)	221.467.959	183.091.538	179.022.019
Capital próprio (€)	146.921.411	178.779.842	208.026.696
Dívida líquida (€)	66.874.275	24.335.909	-894.932
Volume de negócios (€)	123.963.670	183.429.353	218.870.901
VAB (€)	41.878.777	66.164.273	82.457.168
EBITDA (€)	-11.020.714	14.565.930	27.701.783
Resultado líquido do período (€)	-28.399.319	2.262.273	7.257.641
Autonomia financeira	40%	49%	54%
Liquidez geral	141%	174%	206%
Rácio de solvabilidade	66%	98%	116%

Os últimos 2 anos evidenciam uma tendência de quebra da rentabilidade e o acumular de várias situações circunstanciais e transitórias, não tendo sido possível a sua inversão em 2024. Apesar da quebra ao nível dos resultados, que impactou diretamente sob o capital próprio, o grupo Conduril continua a apresentar indicadores de balanço sólidos, que bem demonstram a sua notável história ao longo da qual é inevitável enfrentar ciclos mais favoráveis e outros menos. Contudo, não são os períodos de adversidade que definem a empresa, mas sim as estratégias adotadas e a resiliência demonstrada para os superar.

Para um melhor esclarecimento, elencam-se, em seguida, as principais situações que para isso contribuíram, bem como algumas das ações já em curso para as ultrapassar:

- > Em Portugal, o término das duas obras de referência executadas nos últimos anos (Barragem e Central Hidroelétrica do Alto Tâmega e a 3.ª fase da expansão do Molhe Leste

do Porto de Sines) originaram uma baixa relevante no volume de negócios o que aliado aos constrangimentos das obras da ferrovia foram fulcrais para esse impacto;

- > A IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), dona de obra das empreitadas Modernização da Linha da Beira Alta, troço Celorico - Guarda e Modernização do Linha da Beira Alta troço Cerdeira - Vilar Formoso tem demonstrado uma falta de colaboração incompreensível na resolução dos problemas com repercussão gritante na rentabilidade das referidas obras.

De uma forma mais detalhada, referimos de seguida os principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento adverso destas duas obras.

A - EMPREITADA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA ALTA, TROÇO CELORICO - GUARDA:

- as constantes alterações, incompatibilidades e indefinições de projeto de execução provocaram atrasos e perdas de rendimento, resultando na subprodutividade dos meios afetos, contribuindo para a dilatação anormal do prazo necessário para a execução da empreitada - o prazo final da empreitada foi superior ao prazo inicial em cerca de 70%;
- os trabalhos relacionados com a drenagem ocorreram em condições bastante mais gravosas do que aquelas previstas em projeto de execução, nomeadamente, a área disponível para materialização da atividade, acessibilidades deficientes e realidade geológico-geotécnica mais agressiva;
- nos trabalhos de terraplanagem verificou-se a inexistência de material com características de sub-balastro, previsto de acordo com o caderno de encargos e projeto de execução, necessário para a execução do tratamento de plataforma, na área da empreitada. Tal obrigou a incorrer num aumento significativo de custos para a colocação do referido material em obra;
- a execução dos trabalhos de estabilização de taludes e vedações pressupõe a utilização de materiais predominantemente derivados do aço/metal. O incremento muito acentuado dos preços desta matéria-prima, potenciado pela pandemia da Covid-19 e pela guerra da Ucrânia, representaram um acréscimo de custos avultado;
- a obra encontrava-se no pico de produção, com todas as atividades em curso ao longo da extensão da obra, tendo sido severamente afetada por invernos rigorosos, com pluviosidade anormalmente elevada e ininterrupta, situação que provocou estragos avultados nos trabalhos já realizados que tiveram de ser novamente efetuados;
- a aceleração pedida pela IP para a conclusão dos trabalhos de via no final do ano 2023, que acarretou reforço de meios para a sua execução, alteração do plano de trabalhos e do modo de execução de algumas atividades, com efeito direto no agravamento dos custos.

Perante os constrangimentos acima referidos a Conduril solicitou ao IP o reequilíbrio financeiro do contrato. As negociações decorrem há largos meses e apesar das dificuldades sentidas no entendimento da razão que assiste à Conduril, mantém-se a convicção que a empresa será ressarcida do prejuízo.

Esta obra já se encontra totalmente realizada e em fase de receção provisória e, não obstante a postura da IP, a Conduzil manteve sempre uma atitude construtiva e cooperante o que permitiu, em 22 de novembro de 2024, inaugurar a Linha de Beira Alta com a presença de Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e Habitação, estando desde essa data o troço desta empreitada aberto e em funcionamento.

B - EMPREITADA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DA BEIRA ALTA, TROÇO CERDEIRA - VILAR FORMOSO:

- atraso na obtenção de licença para o abate de árvores: foram identificadas 50.000 árvores nas parcelas necessárias à execução dos trabalhos objeto da empreitada (quer no DPF - Domínio Público Ferroviário, quer nas parcelas exteriores ao DPF), das quais 20.000 unidades são árvores protegidas (sobreiros e azinheiras), que condicionaram fortemente os trabalhos;
- demora na expropriação de parcelas dentro do DPF;



PORTUGAL

- atrasos na consignação de parcelas necessárias à realização dos trabalhos e consignações parciais: a primeira consignação parcial da empreitada ocorreu 2,5 meses após a data-limite prevista no caderno de encargos, tendo a segunda consignação parcial ocorrido cerca de 4 meses após a data-limite prevista no mesmo documento. A impossibilidade de entrada nessas frentes de trabalho foi um forte impedimento ao avanço e arranque de atividades inscritas no plano de trabalho, resultando em inúmeros meios (equipamentos e mão-de-obra) parados, total ou parcialmente, com perdas de produtividade consideráveis;
- alterações de projeto e indefinição de trabalhos;
- realidade geológico-geotécnica muito mais gravosa comparativamente com o projeto de execução;
- pelo facto de se tratar de uma linha ferroviária em exploração, grande parte dos trabalhos são obrigatoriamente executados em período de interdição à exploração,

isto é, nos horários definidos pela IP em que a linha fica restringida à circulação de composições ferroviárias destinadas ao transporte de passageiros e mercadorias. Sucede que ao longo da empreitada, por inúmeras vicissitudes, esses períodos foram muitas vezes inferiores àqueles que estavam previstos, traduzindo-se num maior custo associado aos recursos diretos (subprodutividade) e numa maior permanência dos meios indiretos em obra (prazo);

- O prazo final da obra foi superior ao prazo inicial em cerca de 100%.

Neste contexto a disrupção do faseamento construtivo linear previsto em fase de concurso obrigou à dispersão dos recursos, diminuição da dimensão das frentes de trabalho e aumento de microfases no processo construtivo da obra, provocando uma forte quebra de produtividade em relação aos rendimentos normais e expectáveis, traduzida numa maior permanência em obra dos meios de produção afetos aos trabalhos e consequentemente na rentabilidade da empreitada.

Assim, a Conduril solicitou o reequilíbrio financeiro sendo que o dono de obra apenas concordou com parte do valor reclamado, obrigando a recorrer a Tribunal Administrativo, ação que se encontra em curso, com consciência do tempo que a justiça portuguesa demora na resolução deste tipo de processos. Para além da ação judicial referida, continuam as negociações com a IP no sentido de ver ressarcidos os restantes prejuízos. Caso tal não ocorra, a Conduril ver-se-á obrigada a dar entrada com uma nova ação judicial.

- > Outra empreitada que contribuiu para os resultados apresentados foi a obra de construção civil na unidade de biocombustíveis para a produção de diesel renovável - HVO - integrada no maior projeto da Galp em Portugal. A especificidade e a magnitude deste investimento têm provocado sucessivas alterações ao projeto inicial e a sua importância estratégica obriga ao reforço das medidas de segurança já de si extremamente rigorosas em ambiente de refinaria pondo constantemente em causa todo e qualquer planeamento possível. Acresce a isto, o atraso significativo no acesso aos locais de execução da obra, os quais foram disponibilizados de forma faseada e tardia, o que se refletiu inevitável e negativamente na sua rentabilidade. Até os próprios processos mais simples, como a mera circulação de pessoas e equipamentos em obra, acarretam uma burocracia impensável que impede os rendimentos previstos em orçamento. O cliente, consciente desta situação, concordou iniciar conversações com o objetivo de equilibrar o projeto.
- > Note-se que, os valores que se encontram em negociação resultantes das situações referidas nos pontos anteriores, por uma questão de prudência, não estão refletidos nas demonstrações financeiras.
- > A complexidade e o esforço financeiro que exige um processo de candidatura ao projeto de Alta Velocidade é muito significativa, sendo o desfasamento temporal da sua recuperação, se existir adjudicação da proposta entregue, algo que obriga a uma grande exigência financeira nesta fase. A presença da Conduril no único consórcio de empresas que apresentou proposta para o lote A e B, tendo sido adjudicatária no caso do lote A, demonstra o seu empenho na participação neste projeto, apesar das elevadas dificuldades inerentes.
- > As grandes obras angariadas em Angola têm obrigado a um esforço significativo de mobilização, que ainda não consegue ser recuperado devido aos longos processos burocráticos que precedem o efetivo início dos trabalhos. Por sua vez, em Moçambique, e como já referido acima, a inibição gerada pelo clima de instabilidade política e social vivido foi penalizadora na prossecução dos trabalhos programados e consequentemente na sua rentabilidade.

- > Na Zâmbia, instaurou-se em 2024 uma ação judicial contra a Road Development Agency de forma a reaver a dívida relativa à obra Nacala Road Corridor Project Phase II, que perfaz cerca de 40 milhões de euros, e que se encontra pendente há vários anos. No seguimento desta ação foi dada razão à Conduril tendo-se iniciado, ainda em 2024, um plano de pagamento parcelar. Perante os sinais concretos evidenciados, é com expectativa favorável que se prevê o desfecho do recebimento das dívidas do Estado, porém ainda não foi recebido o plano global de pagamento da dívida.
- > Outra situação que continua a causar desgaste e constrangimentos financeiros intoleráveis é o processo de arbitragem que remonta já a 2019 e prende-se com a participação da Conduril na concessionária da subconcessão rodoviária Rotas do Algarve Litoral (RAL) e que ainda não se encontra concluído. Esta delonga é inaceitável quando as obras de requalificação da N125 se encontram em plena utilização desde 2017.

Apesar da subconcessionária ter colaborado nos processos de renegociação da iniciativa da IP, esta nunca logrou obter o necessário visto do Tribunal de Contas, daí que na ação intentada se evocasse o direito à rescisão do vínculo contratual existente e o ressarcimento pelo investimento realizado até essa data (um pedido indemnizatório que ascende a 445 milhões de euros).

Ao abrigo deste processo arbitral, ficou deliberado que a subconcessionária teria de garantir os trabalhos de operação e manutenção dos lanços subjacentes recebendo como contrapartida uma prestação mensal provisória, a fim de evitar a sua rutura financeira, a qual se tem mostrado claramente insuficiente e desajustada face ao agravamento de preços vivido e à demora em ser proferida a decisão final, representando uma penalização acrescida.

Em dezembro de 2024, a RAL promoveu a constituição de um novo tribunal arbitral após o anterior constituído em 2019 (presidido a partir de 2024 por um novo presidente) ter-se considerado incompetente para apreciação de um novo pedido de resolução, submetido pela RAL com base em novos fundamentos. O tribunal arbitral recentemente promovido não deverá declarar-se incompetente, por ter sido constituído precisamente para apreciar a questão da resolução do contrato com base nesses novos fundamentos.



PORTUGAL

Assim, continua-se a aguardar a conclusão deste penoso processo sobre o qual a Conduril mantém plena convicção quanto ao seu desfecho favorável.

- > Inevitavelmente, o acumular das situações referidas obrigaram a um aumento dos financiamentos. Através de um planeamento estratégico rigoroso e de uma gestão financeira prudente, os esforços encetados para ultrapassar e regularizar essas situações permitirão o escrupuloso cumprimento dos compromissos correntes assumidos. O grupo prevê, assim, retomar em breve os níveis normais de financiamento da empresa, mantendo a plenitude da sua estabilidade financeira.

4.

O grupo Conduril preserva o seu compromisso de oferecer construções que atendam e excedam as expectativas dos clientes, atuando com base na sua Política de Qualidade, cumprindo com os mais altos e rigorosos padrões de qualidade e exigências do processo produtivo, dos cadernos de encargos e sustentabilidade e adaptando os seus processos às características específicas de cada projeto, observando toda a legislação disponível para garantir a excelência das construções.

O Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação, de acordo com a ISO 9001, em Angola, Moçambique e Portugal, contribui ativamente para a prestação de serviços de qualidade, assim como, na disponibilização de toda a informação relevante, verdadeira e rigorosa aos clientes.

Importantes motores do controlo de qualidade das construções do grupo são, também, os laboratórios centrais de Portugal e Moçambique, os quais se encontram acreditados pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação para a realização de diversos ensaios no âmbito dos solos, agregados e betões. Com a sua atuação, garantem aos clientes a competência técnica e imparcialidade na execução de estudos e ensaios, tendo a sua presença sido reforçada no sul de Portugal com a implementação de instalações fixas nessa geografia.

Em Portugal, o grupo Conduril possui ainda a certificação para o controlo de produção em fábrica (marcação CE) para componentes estruturais para estruturas metálicas em aço, bem como a certificação do controlo de produção de betão no centro de produção de Sines.

A garantia de elevados níveis de confiança dos clientes e parceiros comerciais passa também por salvaguardar a implementação de elevados padrões de segurança ao nível da informação. O grupo mantém como prioridade diária a proteção e a confidencialidade da informação, garantindo a continuidade da certificação do seu Sistema de Gestão da Segurança da Informação, atribuída pela APCER em conformidade com a norma ISO 27001.

Em 2024, foi dado um importante passo para promover, aprofundar e difundir o conhecimento do setor da construção em Portugal e assim garantir a sua evolução equilibrada, com a criação da Fundação da Construção, da qual a Conduril é sócia fundadora. A Fundação visa contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, colaborando com estudos, debates e propostas de apoio à decisão política sobre matérias no âmbito da construção.

O grupo Conduril assume o seu empenho de sustentabilidade e a sua responsabilidade social e ambiental, através da geração de riqueza, garantindo o bem-estar dos cidadãos, minimizando os impactos negativos e maximizando os impactos positivos das suas atividades e produtos, no meio ambiente e nas pessoas.

A sua Agenda para a Sustentabilidade 2030 assenta em quatro grandes eixos:

- Criar riqueza duradoura alicerçada numa cultura de integridade;
- Proporcionar ambientes de trabalho seguros e saudáveis e promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores;
- Promover práticas ambientalmente sustentáveis;
- Atuar com respeito pelas comunidades locais e fomentar o seu desenvolvimento e bem-estar;



MOÇAMBIQUE

Em 2024, publicou o seu primeiro Relatório de Pegada de Carbono, dando cumprimento a um dos seus principais compromissos: a redução das emissões de gases de efeitos de estufa. Este conhecimento permite a adoção de práticas de gestão de emissões, recorrendo à evolução tecnológica, aliada à implementação de estratégias inovadoras, promovendo e garantindo uma maior eficiência energética, contribuindo assim para um futuro mais sustentável.

Ainda em 2024, desenvolveu uma Política de Compras Sustentáveis que pretende fortalecer o compromisso com a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de valor, reconhecendo que práticas responsáveis são essenciais para a competitividade e inovação no mercado atual, assegurando a transparência na relação com os fornecedores e estabelecendo critérios para que estes adotem práticas ambientalmente responsáveis e socialmente justas.

O grupo Conduril acredita que a sua sustentabilidade depende da dimensão ambiental, razão pela qual adota no desenvolvimento das suas atividades, independentemente da dimensão, da natureza ou do local onde decorrem, medidas que promovem o respeito

e equilíbrio com o meio ambiente e as populações, cumprindo escrupulosamente os requisitos normativos e legais em vigor, bem como demais requisitos dos cadernos de encargos. O seu Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela APCER de acordo com a ISO 14001, em Angola, Moçambique e Portugal, constitui uma ferramenta essencial, permitindo alcançar uma confiança acrescida por parte dos stakeholders, através da melhoria contínua do seu desempenho ambiental. É também neste âmbito que se encontra em implementação a avaliação e medição das nossas atividades qualificáveis como ambientalmente sustentáveis, de acordo com os objetivos ambientais definidos pelo Regulamento Taxonomia da União Europeia, que se traduzirão em indicadores concretos e mensuráveis do contributo da empresa para uma economia verde.

O grupo Conduril encara com a maior seriedade o seu compromisso para com a saúde e segurança dos seus colaboradores, tendo implementados vários mecanismos de gestão e salvaguarda das mesmas, formalizados na Política de Segurança e Saúde e Política de Responsabilidade Social Corporativa. As políticas de gestão em vigor preveem não só o cumprimento da legislação, normas, regulamentos e cadernos de encargos aplicáveis à atividade e as obrigações de conformidade relativas ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, certificado pela APCER de acordo com a ISO 45001, em Angola, Moçambique e Portugal, como visam proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção das lesões e afeções da saúde dos colaboradores, prevenindo ainda a ocorrência de acidentes de trabalho e o surgimento de doenças profissionais.

A responsabilidade social do grupo é ainda completada pela preocupação permanente no bem-estar dos seus 2.600 colaboradores, patenteada nos seguros de saúde e vida e no fundo de pensões integralmente suportados pela empresa, assim como pelo incentivo à formação que, em 2024, se traduziu em mais de 31.500 horas de formação.

Em 2024, o grupo Conduril concedeu 32 bolsas de estudo para o ensino superior para apoio aos filhos dos seus colaboradores em Angola e Moçambique, programa que se iniciou em 2019 e que já contribuiu para a formação superior de 13 bolseiros.

Neste mesmo ano foram criadas em Portugal as Bolsas Conduril – Engenheiro Amorim Martins, de acordo com o regulamento estabelecido com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto tendo sido contemplados os primeiros dois estudantes com as mesmas em janeiro de 2025. Esta iniciativa reforça o compromisso do grupo com o desenvolvimento do talento e da engenharia em Portugal, proporcionando aos jovens não apenas apoio financeiro, mas também orientação e contacto com a realidade profissional.

5.

O dinamismo e a complexidade das múltiplas variáveis que o setor da construção enfrenta podem rapidamente converter incertezas em obstáculos que comprometem não apenas o sucesso de um projeto, mas também a estabilidade e desempenho do grupo.

O grupo Conduril, de forma a garantir a resiliência e sustentabilidade das suas operações, dá especial importância à sua política de gestão de risco, integrando uma abordagem sólida e sistemática para identificar, avaliar e mitigar impactos, riscos e oportunidades associados às suas atividades e à sua cadeia de valor, que possam pôr em causa a prossecução dos seus objetivos.

As várias dimensões de risco - risco financeiros e operacionais, risco ambientais e sociais, risco reputacionais e de conformidade e mais recentemente os ciber-riscos - são avaliadas de uma forma global dado é o envolvimento e a interligação dos desafios a que o grupo se encontra exposto. É uma gestão interativa e diligente a qual, perante a identificação de novos riscos, de imediato reforça e realinha esses vetores na sua gestão integrada do risco.

6.

O ano de 2025 augura um escalar de tensões comerciais e de medidas protecionistas a grande escala que irão acrescer uma pressão muito significativa à eficiência do mercado e das cadeias de abastecimento globais, as quais têm já sido sucessivamente postas em causa nos últimos anos.

Espera-se que Portugal seja capaz de capitalizar os seus sucessos económicos recentes e aproveitar o panorama histórico de financiamento de fundos europeus - pela articulação do PRR com o Portugal 2030 - mostrando-se o setor da construção fundamental para essa superação e para o progresso da atividade económica, almejando-se que o setor se mostre impávido aos impasses políticos que se adivinham.

Por sua vez, em vários países de África, existem uma série de indicadores macroeconómicos que têm transmitido uma confiança ao mercado que estava desaparecida há já alguns anos, pelo que se espera que se esteja a assistir a momentos de inflexão e que o crescimento e a estabilidade económico-financeira sejam alcançados a médio prazo. Porém, a debilidade e a dependência destas economias, numa conjuntura mundial adversa, pode rapidamente precipitá-las para novas depreciações cambiais, pondo em causa qualquer esforço de recuperação.

Quanto maior a adversidade, maior o empenho do grupo Conduril para superá-la com determinação e resiliência. As dificuldades, patentes neste relatório, obrigaram a uma reflexão interna profunda e global, abrangendo não só o seu modo de atuar como também a sua estrutura e organização interna.

Para um melhor alinhamento à realidade atual, iniciou-se uma remodelação do parque de equipamento - adequando-o ao tipo de projetos em carteira e alienando algum equipamento específico utilizado nas obras terminadas - e a reestruturação de vários departamentos internos. Não obstante, a melhoria da eficiência operacional não foi descurada, tendo para tal sido realizado um investimento de cerca de XX milhões de euros em novos equipamentos e ativos.

O volume de obras em carteira - o maior de sempre - ascende a 1.200 milhões de euros. Das obras referidas no ponto 2, salienta-se em Portugal a nova linha de Alta Velocidade, troço Porto - Oiã, e em Angola as 186 pontes metálicas nas 21 províncias do país projeto que, dada a sua dimensão e dispersão territorial, obrigou a um planeamento rigoroso e atempado. O seu início ocorrerá assim que se receba o respetivo adiantamento, o qual se perspetiva que aconteça em abril de 2025.

A Conduril sente a responsabilidade que assumiu ao assinar o contrato desta empreitada (a maior alguma vez realizada na sua história) o que aliado ao empenho na sua participação no projeto da Linha de Alta Velocidade em Portugal e à plena consciência nos desafios futuros, a deixam preparada e confiante para que em 2025 seja retomada a trajetória de resultados que sempre a pautou e os dados económico-financeiros retomem os seus níveis historicamente normais.

7.

Outras informações:

- a)** A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos.
- b)** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c)** O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias, com o valor nominal de 5 euros cada.
- d)** As 200.009 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e)** De acordo com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, são os seguintes os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares de órgãos sociais a 31 de dezembro de 2024:

TITULARES	ÓRGÃO SOCIAL	N.º DE AÇÕES
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins	Conselho de Administração	^(a) 425.651
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes	Conselho de Administração	^(b) 310.604
António Emanuel Lemos Catarino	Conselho de Administração	5.857
Jorge Lúcio Teixeira de Castro	Conselho de Administração	55
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães	Conselho de Administração	22.230

(a) 198.925 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.
 (b) 74.696 ações detidas, indiretamente, através da sociedade por si dominada, Quinta do Javali, Lda.

Relativamente a estes valores mobiliários não ocorreram cessações de titularidade, tendo ocorrido as seguintes aquisições ao longo de 2024:

- a acionista Maria Benedita Andrade de Amorim Martins adquiriu as seguintes ações:

DATA	PREÇO	VOLUME
22/01/2024	21,40 €	1.130 ações
29/01/2024	23,40 €	720 ações
31/01/2024	23,40 €	450 ações
05/02/2024	23,40 €	1.300 ações
12/02/2024	23,40 €	930 ações
27/02/2024	24,40 €	1.000 ações
07/03/2024	26,60 €	640 ações
22/04/2024	27,20 €	880 ações
30/04/2024	27,20 €	2.450 ações
03/05/2024	27,20 €	1.610 ações
14/05/2024	27,00 €	984 ações

- a acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins adquiriu as seguintes ações:

DATA	PREÇO	VOLUME
21/03/2024	27,40 €	572 ações
13/05/2024	27,00 €	2.484 ações
14/05/2024	27,00 €	1.016 ações

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8.

O Conselho de Administração propõe no seu relatório e contas individual que o Resultado líquido negativo do período de 2024, no montante de 28.403.623 euros, seja transferido integralmente para Resultados transitados. Propõe, ainda, que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras reservas.

9.

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento a todos os trabalhadores, clientes, fornecedores, entidades bancárias, órgãos sociais e demais *stakeholders* que têm colaborado e contribuído para a trajetória robusta do grupo Conduril ao longo dos últimos 65 anos.

Só com o empenho e cooperação de todos é possível continuar a superar os desafios vindouros e assim trilhar um caminho de sucesso e crescimento sustentável.

Ermesinde, 8 de abril de 2025
O Conselho de Administração

3º

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E ANEXO**





BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3,7	79.600.808	84.811.643
Ativos intangíveis	3,6	5.442.630	5.418.484
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3,9	238.414	494.241
Outros investimentos financeiros	3,9;18	44.390.903	43.013.462
Ativos por impostos diferidos	3,17	3.476.446	3.468.480
Subtotal		133.149.201	137.206.310
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3,10	16.229.463	16.251.536
Clientes	3,18	131.919.901	109.682.313
Clientes c/retenções de garantias	3,18	9.382.376	9.046.399
Estado e outros entes públicos	20	15.420.691	20.533.693
Acionistas		-	-
Outros créditos a receber	3,20	51.660.605	42.324.290
Diferimentos	3,20	1.365.905	1.330.167
Ativos financeiros detidos para negociação	3,18	-	2.633.217
Outros ativos financeiros	3,18	1.489	1.521
Caixa e depósitos bancários	3,4	9.259.738	22.861.936
Subtotal		235.240.168	224.665.071
TOTAL DO ATIVO		368.389.370	361.871.380
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18	10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3,18	(5.220.000)	(5.220.000)
Reservas legais	18	2.507.563	2.477.348
Outras reservas		217.496.205	215.561.737
Resultados transitados		3.652.994	4.483.291
Excedentes de revalorização		2.392.589	2.514.769
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(55.525.812)	(53.317.037)
Subtotal		175.303.540	176.500.107
Resultado líquido do período		(28.403.623)	2.260.381
Subtotal		146.899.918	178.760.488
Interesses que não controlam		21.493	19.354
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	146.921.411	178.779.842
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3,13	5.794.321	5.202.539
Financiamentos obtidos	3,8;18	38.451.316	45.874.052
Passivo por impostos diferidos	3,17	4.306.571	3.225.203
Subtotal		48.552.208	54.301.793
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	42.507.122	44.336.571
Adiantamentos de clientes	3	31.905.556	18.002.572
Estado e outros entes públicos	20	8.563.497	14.783.616
Acionistas		2.842.761	2.862.424
Financiamentos obtidos	3,8;18	68.044.445	32.980.652
Outras dívidas a pagar	3,20	14.001.442	10.572.999
Diferimentos	3,11;20	5.050.929	5.250.911
Subtotal		172.915.751	128.789.745
TOTAL DO PASSIVO		221.467.959	183.091.538
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		368.389.370	361.871.380

A Administração,

O Contabilista Certificado,

O Anexo faz parte integrante do Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
	Vendas e serviços prestados	3;12;20;21	123.963.670	183.429.353
	Subsídios à exploração		-	-
	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	190.475	-
	Variação nos inventários da produção	3;10	(73.738)	44.094
	Trabalhos para a própria entidade	3	1.015.558	564.171
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(32.768.635)	(49.764.353)
	Fornecimentos e serviços externos	20	(52.589.566)	(75.650.037)
	Gastos com pessoal	3;19;20	(52.899.491)	(51.598.342)
	Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(13.873)	27.473
	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(125.949)	-
	Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(591.782)	1.717.169
	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
	Aumentos/Reduções de justo valor		-	-
	Outros rendimentos	14;20	11.729.816	16.249.329
	Outros gastos	14;20	(9.588.802)	(8.708.284)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(11.752.318)	16.310.572
	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(7.323.559)	(7.378.853)
A Administração,	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(19.075.877)	8.931.719
	Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
	Juros e gastos similares suportados	3;20	(5.759.155)	(5.083.070)
	Resultado antes de impostos		(24.835.033)	3.848.649
	Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(3.564.287)	(1.586.376)
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(28.399.319)	2.262.273
	Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
O Contabilista Certificado,	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
	Resultado líquido do período atribuível:			
	Detentores do capital da empresa mãe		(28.403.623)	2.260.381
	Interesses que não controlam		4.303	1.893
	Subtotal		(28.399.319)	2.262.273
	RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		(15,78)	1,26

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		109.320.968	145.425.678
Pagamentos a fornecedores		(109.288.502)	(137.977.091)
Pagamentos ao pessoal		(48.328.850)	(46.923.986)
Caixa gerada pelas operações		(48.296.384)	(39.475.399)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		1.126.588	(1.004.889)
Outros recebimentos/pagamentos		10.390.263	23.999.425
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(36.779.533)	(16.480.863)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(324.181)	(1.466.273)
Ativos intangíveis		(395.046)	-
Investimentos financeiros		(109.643)	(22.102)
Outros ativos		-	(8.542.334)
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		4.580.043	738.000
Investimentos financeiros		71.177	26.920
Outros ativos		2.491.082	19.430.393
Juros e rendimentos similares		2.618.099	3.822.566
Dividendos		129.995	393.687
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		9.061.527	14.380.857
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		246.025.113	175.501.716
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(218.517.897)	(155.101.089)
Financiamentos <i>leasings</i>		(6.426.854)	(9.924.867)
Juros e gastos similares		(5.024.402)	(3.613.467)
Dividendos		(899.996)	(1.620.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		15.155.965	5.242.293
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(12.562.041)	3.142.286
Efeito das diferenças de câmbio		(1.040.158)	(8.508.812)
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		22.861.936	28.228.462
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	9.259.738	22.861.936

A Administração,

O Contabilista Certificado,

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE

NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2024	10.000.000	(5.220.000)	2.477.348	215.561.737	4.483.291	2.514.769	(53.317.037)	2.260.381	178.760.488	19.354	178.779.842
Aplicação do resultado do período			30.215	2.811.678	(581.513)			(2.260.381)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2023 após aplicação de resultados	10.000.000	(5.220.000)	2.507.563	218.373.416	3.901.778	2.514.769	(53.317.037)	-	178.760.488	19.354	178.779.842
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					235.306	(235.306)	697.876		697.876	(2.164)	695.711
Realização do excedente de revalorização					(79.128)	113.127			-		-
Ajustamentos por impostos diferidos							(2.837.715)		33.999		33.999
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego					(404.962)		(68.935)		(2.837.715)		(2.837.715)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				22.786					(451.111)		(451.111)
	-	-	-	22.786	(248.784)	(122.180)	(2.208.774)	-	(2.556.952)	(2.164)	(2.559.116)
Resultado líquido do período								-28.403.623	(28.403.623)	4.303	(28.399.319)
RESULTADO INTEGRAL								(28.403.623)	(30.960.575)	2.139	(30.958.436)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital									-		-
Subscrições de prémios de emissão									-		-
Distribuições				(899.996)					(899.996)		(899.996)
Entradas para cobertura de perdas									-		-
Outras operações				(899.996)					(899.996)		(899.996)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2024	3	10.000.000	(5.220.000)	2.507.563	217.496.205	3.652.994	(55.525.812)	(28.403.623)	146.899.917	21.493	146.921.411

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Montantes expressos em EURO

NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2023	9.000.000	(5.220.000)	3.525.816	209.717.121	4.914.600	2.564.723	(23.774.967)	7.238.296	207.965.589	61.107	195.328.088
Aplicação do resultado do período			9.427	7.464.812	(235.943)			(7.238.296)			-
Posição em 01 de janeiro de 2023 após aplicação de resultados	9.000.000	(5.220.000)	3.535.243	217.181.933	4.678.657	2.564.723	(23.774.967)	-	207.965.589	61.107	208.026.696
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					57.914	(57.914)					
Realização do excedente de revalorização					(7.960)	7.960					
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Alterações atuariais beneficiários pós-emprego											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			(57.895)	(196)	(245.320)	(49.954)	(29.542.070)		1.289.740	(43.645)	(30.819.697)
			(57.895)	(196)	(195.366)	(49.954)	(29.542.070)		(359.171)	(43.645)	(29.889.127)
Resultado líquido do período								2.260.381	2.260.381	1.893	2.262.273
RESULTADO INTEGRAL								2.260.381	(27.585.101)	(41.753)	(27.626.854)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Operações com detentores de capital no período											
Subscrições de capital	1.000.000		(1.000.000)								
Subscrições de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	1.000.000		(1.000.000)	(1.620.000)							
			(1.000.000)	(1.620.000)							
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2023	3	10.000.000	(5.220.000)	2.477.348	215.561.737	4.483.291	(53.317.037)	2.260.381	178.760.488	19.354	178.779.842

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde - Valongo, e junto com as empresas participadas (“Grupo”), tem como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente os decorrentes da guerra na Ucrânia e na Palestina. Estes acontecimentos têm originado impactos relevantes no atual enquadramento económico, mantendo-se uma perspetiva de elevada incerteza, nomeadamente no que se refere ao normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos na atividade do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

O perímetro de consolidação da Conduril - Engenharia, S.A. inclui as seguintes entidades:

CONSOLIDAÇÃO	%
CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL:	
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00
Edirio - Construções, S.A.	100,00
Métis Engenharia, Lda.	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00
Urano, Lda.	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00
CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL:	
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86
MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:	
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	21,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A) PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (“Entidades de Finalidades Especiais”), ainda que não possua participações de capital direta ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal as empresas onde exerce uma influência significativa, mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica “Outros rendimentos”.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. Goodwill

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)".

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios "Outras variações no capital próprio".

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

C) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

D) LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo age como locatário são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como locações operacionais quando, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E) INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia e Malawi, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

F) IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

G) GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

H) INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

I) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e o Conselho de Administração possa utilizar essa fonte de financiamento por um período superior a um ano.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal, dado que o efeito da utilização do método do juro efetivo é considerado imaterial.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras consolidadas unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

J) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a

refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras consolidadas, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

K) PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

L) IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2022, a sociedade dominante.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais) das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

M) ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

N) SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio" e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

O) COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Conduril - Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus colaboradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Conduril - Engenharia, S. A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - "Benefícios dos empregados".

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method", utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

P) RÉDITO

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Q) GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

R) TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

S) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“Acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“Acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

T) JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**A) RESULTADOS POR AÇÃO**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B) MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar, cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2024		2023	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar dos Estados Unidos	Euro	0,96256	n/a	0,90498	n/a
Dirame marroquino	Euro	0,09507	0,09296	0,09137	0,09126
Metical	Euro	0,01497	0,01447	0,01416	0,01452
Escudo cabo-verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha zambiano	Euro	0,03449	0,03544	0,03520	0,04491
Kwacha malauiano	Euro	0,00054	0,00052	0,00052	0,00077
Kwanza	Euro	0,00104	0,00103	0,00108	0,00131
Dólar zimbabuense	Euro	n/a	n/a	0,00015	0,00025

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A) IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada das empresas que integram o Grupo, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C) RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

D) PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores do Grupo.

E) RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	38.380	38.560
Depósitos à ordem	8.425.683	13.534.858
Depósitos a prazo	795.675	9.288.518
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	9.259.738	22.861.936

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A) TOTAL DE REMUNERAÇÕES: 1.773.590 euros (2023: 1.872.342 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A) NATUREZA DO RELACIONAMENTO DAS PARTES RELACIONADAS:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,99	99,99
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.*	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
Avace Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
Avexp Norte, ACE	Portugal	10,00	10,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente do Conselho de Administração)			
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente do Conselho de Administração)			
António Emanuel Lemos Catarino			
Jorge Lúcio Teixeira de Castro			
Miguel José Alves Montenegro de Andrade			
Nélson José de Sousa			
Ricardo Nuno de Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-
Lusolav - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav II - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav III - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Lusolav IV - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Avan Norte - Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A.	Portugal	10,00	10,00

* Foi deliberada a dissolução desta entidade, cujo processo terá início no ano de 2025.

B) TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES:

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

A 31 de dezembro de 2024:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.397	-	-
	831.397	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.663.492	17.870	40.000
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	69.597	-	-
	13.733.089	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	319.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	75.747	660.403	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	677.777	179.292	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.689.318	561	-
	3.762.630	840.256	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.170.011	804.738
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	175.881	36.230
Mugige Vinhos, Lda.	-	10.394
	1.345.892	851.362

A 31 de dezembro de 2023:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	831.397	-	-
	831.397	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.663.492	17.870	40.000
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	69.597	-	-
	13.733.089	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	66.386	1.005.175	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	509.386	154.297	-
Mugige Vinhos, Lda.	2.744.765	356	-
	4.540.325	1.159.828	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	235.560	3.103.010
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	232.744	-
Quinta do Javali, Lda.	-	98.178
Mugige Vinhos, Lda.	-	1.252
	468.304	3.202.440

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A) As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Programas de computador	6	16,67%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2024		31.12.2023	
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES
Investigação e desenvolvimento	27.740	20.064	27.740	15.441
Direitos de superfície	5.861.311	665.790	5.862.458	658.903
Programas de computador	321.734	201.579	250.073	166.961
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Outros ativos intangíveis	4.950	729	5.338	877
Ativos intangíveis em curso	67.936	-	67.936	-
TOTAL	6.330.792	888.162	6.260.666	842.182

D) O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

ATIVOS INTANGÍVEIS	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	
	31.12.2024	31.12.2023
Investigação e desenvolvimento	4.623	4.623
Direitos de superfície	6.989	9.310
Programas de computador	34.621	20.624
Outros ativos intangíveis	81	112
TOTAL	46.314	34.670

E) Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2024 e 2023 são os que se seguem:

	2024						TOTAL
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	
ATIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2023	27.740	5.862.458	250.073	47.121	5.338	67.936	6.260.666
Adições	-	-	71.757	-	-	-	71.757
Outras variações	-	(1.147)	(96)	-	(388)	-	(1.631)
Saldo em 31.12.2024	27.740	5.861.311	321.734	47.121	4.950	67.936	6.330.792
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2023	15.441	658.903	166.961	-	877	-	842.182
Adições	4.623	6.989	34.621	-	81	-	46.314
Outras variações	-	(102)	(3)	-	(229)	-	(334)
Saldo em 31.12.2024	20.064	665.790	201.579	-	729	-	888.162
VALOR LÍQUIDO	7.676	5.195.521	120.155	47.121	4.221	67.936	5.442.630

	2023						TOTAL
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	
ATIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2022	27.740	5.885.521	202.149	47.121	10.780	35.640	6.208.951
Adições	-	-	47.924	-	-	32.296	80.220
Outras variações	-	(23.063)	-	-	(5.442)	-	(28.505)
Saldo em 31.12.2023	27.740	5.862.458	250.073	47.121	5.338	67.936	6.260.666
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2022	10.817	651.520	146.455	-	3.006	-	811.798
Adições	4.623	9.310	20.624	-	112	-	34.670
Outras variações	-	(1.927)	(118)	-	(2.241)	-	(4.286)
Saldo em 31.12.2023	15.441	658.903	166.961	-	877	-	842.182
VALOR LÍQUIDO	12.299	5.203.555	83.112	47.121	4.461	67.936	5.418.484

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A) BASES DE MENSURAÇÃO:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B) MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C) VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 – 50	2% – 25%
Equipamento básico	3 – 30	3,33% – 33,33%
Equipamento de transporte	4 – 12	8,33% – 25%
Equipamento administrativo	3 – 25	4% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 20	5% – 25%

D/E) RECONCILIAÇÃO DA QUANTIA ESCRITURADA NO INÍCIO E NO FIM DO PERÍODO:

	2024							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2023	3.690.513	34.229.614	119.444.670	33.297.132	2.765.276	2.089.069	17.997.410	213.513.684
Adições	-	172.285	6.162.295	1.824.151	95.493	241.323	1.739.902	10.235.449
Alienações	-	(175.873)	(13.377.045)	(738.431)	-	(63.302)	-	(14.354.651)
Outras variações	-	(12.331)	37.313	(11.431)	5.864	3.288	-	22.703
Transf. e abates	-	17.948.564	621.724	(27.670)	-	50.638	(18.789.590)	(196.334)
Saldo em 31.12.2024	3.690.513	52.162.259	112.888.957	34.343.751	2.866.633	2.321.016	947.722	209.220.851
DEPRECIACIONES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2023	-	21.236.313	81.027.895	22.595.545	2.167.138	1.675.150	-	128.702.041
Adições	-	790.961	4.179.485	2.002.949	165.693	138.157	-	7.277.245
Alienações	-	(136.149)	(5.726.920)	(646.710)	-	(63.300)	-	(6.573.079)
Outras variações	-	(17.099)	54.341	11.535	5.873	3.273	-	57.923
Transf. e abates	-	-	237.414	(79.491)	-	(2.011)	-	155.913
Saldo em 31.12.2024	-	21.874.026	79.772.215	23.883.829	2.338.704	1.751.269	-	129.620.043
VALOR LÍQUIDO	3.690.513	30.288.233	33.116.742	10.459.922	527.929	569.747	947.722	79.600.808
	2023							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2022	3.717.725	34.805.270	119.115.664	30.352.143	2.770.071	1.906.592	17.716.560	210.384.025
Adições	-	451.777	2.863.777	3.360.007	71.863	192.628	563.773	7.503.825
Alienações	(27.212)	(106.176)	(1.751.409)	(184.829)	(286)	-	-	(2.069.912)
Outras variações	-	(880.456)	(717.336)	(86.565)	(30.507)	(10.093)	-	(1.724.957)
Transf. e abates	-	(40.801)	(66.026)	(143.624)	(45.865)	(58)	(282.923)	(579.297)
Saldo em 31.12.2023	3.690.513	34.229.614	119.444.670	33.297.132	2.765.276	2.089.069	17.997.410	213.513.684
DEPRECIACIONES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2022	-	21.099.526	77.882.677	21.433.437	2.094.553	1.465.256	-	123.975.449
Adições	-	843.825	4.566.598	1.565.161	148.893	219.706	-	7.344.183
Alienações	-	(33.447)	(747.516)	(174.183)	(248)	-	-	(955.394)
Outras variações	-	(667.001)	(619.568)	(85.246)	(30.195)	(9.754)	-	(1.411.764)
Transf. e abates	-	(6.590)	(54.296)	(143.624)	(45.865)	(58)	-	(250.433)
Saldo em 31.12.2023	-	21.236.313	81.027.895	22.595.545	2.167.138	1.675.150	-	128.702.041
VALOR LÍQUIDO	3.690.513	12.993.301	38.416.775	10.701.587	598.138	413.919	17.997.410	84.811.643

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	1.739.902	563.773
TOTAL	1.739.902	563.773

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	790.961	843.825
Equipamento básico	4.179.485	4.566.598
Equipamento de transporte	2.002.949	1.565.161
Equipamento administrativo	165.693	148.893
Outros ativos fixos tangíveis	138.157	219.706
TOTAL	7.277.245	7.344.183

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	21.874.026	21.236.313
Equipamento básico	79.772.215	81.027.895
Equipamento de transporte	23.883.829	22.595.545
Equipamento administrativo	2.338.704	2.167.138
Outros ativos fixos tangíveis	1.751.269	1.675.150
TOTAL	129.620.043	128.702.041

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS EM CURSO	
	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	947.722	17.997.410
TOTAL	947.722	17.997.410

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2024	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	72.414.577	41.478.746	30.935.831
Angola	94.995.763	60.622.214	34.373.549
Moçambique	23.583.005	14.412.410	9.170.595
Marrocos	539.078	539.078	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	10.381.941	7.397.566	2.984.375
Malawi	4.524.587	2.992.887	1.531.700
Gabão	2.730.552	2.127.436	603.116
TOTAL	209.220.851	129.620.043	79.600.808

31.12.2023	ATIVO BRUTO	DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	81.947.862	42.411.316	39.536.546
Angola	93.383.983	59.872.241	33.511.742
Moçambique	18.393.575	12.409.064	5.984.511
Marrocos	539.079	539.079	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.438.531	8.154.230	3.284.301
Malawi	5.028.753	3.394.297	1.634.456
Gabão	2.730.553	1.872.108	858.445
TOTAL	213.513.684	128.702.041	84.811.643

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras – Locatários

A) QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA PARA CADA CATEGORIA DE ATIVO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Edifícios e outras construções	314.927	204.870
Equipamento básico	13.086.513	15.118.404
Equipamento de transporte	5.740.520	6.564.584
TOTAL	19.141.960	21.887.858

B) RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E O SEU VALOR PRESENTE:

	31.12.2024	31.12.2023
Pagamentos mínimos até 1 ano	4.127.108	5.555.354
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.904.392	5.635.007
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	8.031.500	11.190.361
Pagamento de juros futuros	905.268	832.062
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	7.126.232	10.358.299

C) TOTAL DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DA LOCAÇÃO À DATA DO BALANÇO E O SEU VALOR PRESENTE:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Não mais de 1 ano	4.208.212	5.555.354	3.738.365	5.266.529
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	3.823.288	5.635.007	3.387.867	5.091.769
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	8.031.500	11.190.361	7.126.232	10.358.298

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Empresas subsidiárias**A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Consolidação integral
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Consolidação integral
Urano, Lda.	99,99%	Consolidação integral
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Consolidação integral
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Consolidação integral
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Consolidação integral

9.2. Empreendimentos conjuntos

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DE INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS SIGNIFICATIVOS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
Avace Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto
Avexp Norte, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Mota-Engil, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Gabriel Couto

B) PROPORÇÃO DO INTERESSE DE PROPRIEDADE DETIDO E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00%	Método proporcional
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos significativos relacionados com esta participação.

C) MÉTODO USADO NO RECONHECIMENTO DOS INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.3. Associadas

A) LISTAGEM E DESCRIÇÃO DAS ASSOCIADAS:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B) QUANTIA ESCRITURADA E DADOS SOBRE AS ENTIDADES:

31.12.2024 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	220.223.623	(14.929.372)	(543.835)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	238.414	7.277.775	715.314	571.481
TOTAL	238.414			

31.12.2023 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	176.387.636	(31.729.840)	n/d
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.897.572	745.453	n/d
TOTAL	494.241			

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2024, na rubrica "Outros investimentos financeiros", os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Rotas do Algarve Litoral, S.A. (Nota 18.4)	13.511.551	-
TOTAL	13.511.551	-

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2024	31.12.2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.898.662	16.827.474
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	249.406	328.794
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	17.148.069	17.156.268
Perdas por imparidade	(918.605)	(904.732)
TOTAL	16.229.463	16.251.536

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2024	31.12.2023
Inventário inicial	15.922.742	20.339.729
Perdas por imparidade em existências	-	-
Compras	32.825.950	45.580.739
Reclassificação e regularização de inventários	-	(233.373)
Inventário final	(15.980.057)	(15.922.742)
GASTO DO PERÍODO	32.768.635	49.764.353

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	
	31.12.2024	31.12.2023
Inventário inicial	328.794	352.666
Reclassificação e regularização de inventários	(5.648)	(67.966)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Inventário final	(249.407)	(328.794)
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO	73.738	(44.094)

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.873	(27.473)
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	13.873	(27.473)

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2023	904.732
Reforço	13.873
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2024	918.605

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2022	932.205
Reforço	-
Reversão	(27.473)
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2023	904.732

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto em que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2024	RÉDITO DE 2023
Contratos de construção	121.527.534	180.544.599
TOTAL	121.527.534	180.544.599

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2024	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	347.579.420	361.157.411	11.803.072	6.852.722
TOTAL	347.579.420	361.157.411	11.803.072	6.852.722

31.12.2023	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	623.779.841	734.865.971	11.522.320	6.148.419
TOTAL	623.779.841	734.865.971	11.522.320	6.148.419

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A) VENDAS – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B) PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C) JUROS – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D) DIVIDENDOS – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2024	31.12.2023
Vendas de bens	2.020.110	1.578.555
Prestações de serviços	121.943.561	181.850.797
Juros	2.654.120	4.161.082
Dividendos	195.673	393.687
TOTAL	126.813.464	187.984.121

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.813.548	173.014	-	(32.826)	3.953.736
Contratos de construção	1.361.529	455.960	-	(4.366)	1.813.123
Outras provisões	27.462	-	-	-	27.462
	5.202.539	628.975	-	(37.193)	5.794.321
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	-	-	-	-
TOTAL	5.202.539	628.975	-	(37.193)	5.794.321

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.921.032	282.423	-	(389.907)	3.813.548
Contratos de construção	2.803.668	4.366	-	(1.446.505)	1.361.529
Outras provisões	307.338	-	(112.330)	(167.546)	27.462
	7.032.038	286.789	(112.330)	(2.003.958)	5.202.539
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	-	-	-	-
TOTAL	7.032.038	286.789	(112.330)	(2.003.958)	5.202.539

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso, decorrentes do negócio, o Grupo está convicto de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos encarregues dos processos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011 e 2012), sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

13.3. Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2024, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 84.257.467 euros (a 31 de dezembro de 2023, o montante ascendia a 86.786.904 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

13.4. Gestão de riscos financeiros

A) PRINCÍPIOS GERAIS

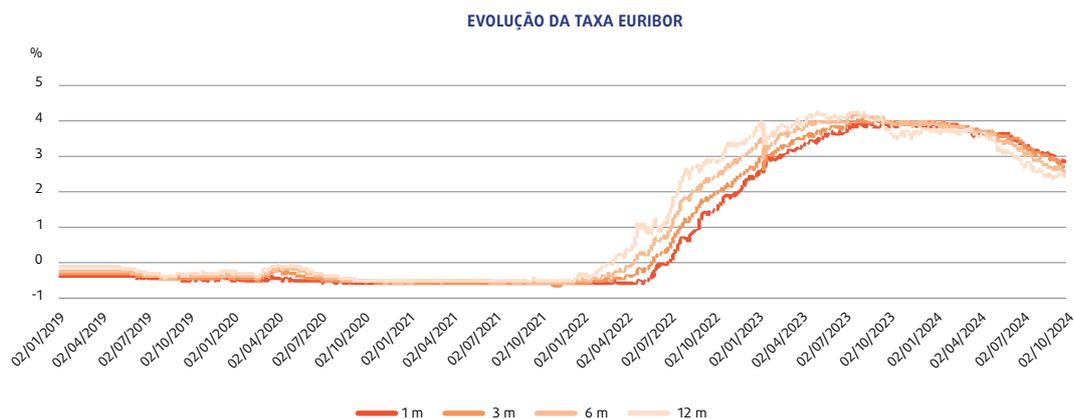
Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade do Grupo encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco do Grupo é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

B) RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Estando a atividade do Grupo majoritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas kwanza, metical, kwacha zambiano, kwacha malauiano e dólar zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.

C) RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. O Grupo tem apenas uma pequena parte do endividamento indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atento a este assunto, de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos seus financiamentos.



D) RISCO DE CRÉDITO

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i. avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação, contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii. limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii. monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv. realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E) RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco no Grupo tem por objetivo:

- **LIQUIDEZ** – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- **SEGURANÇA** – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- **EFICIÊNCIA FINANCEIRA** – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco de liquidez, o Grupo assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra do Grupo contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2024	31.12.2023
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	3.949.430	5.897.475
TOTAL	3.949.430	5.897.475
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	5.083.019	7.930.398
TOTAL	5.083.019	7.930.398

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2023	(70.390.358)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	892.761
Diferenças de câmbio favoráveis	(629.133)
SALDO A 31.12.2024	(70.126.730)

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2022	(35.468.315)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	786.961
Diferenças de câmbio favoráveis	(35.709.004)
SALDO A 31.12.2023	(70.390.358)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de abril de 2025. O Conselho de Administração é da opinião de que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa..

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 283.902 euros (no período homólogo ascenderam a 331.836 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	283.902
TOTAL	283.902

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	2.408.010	2.482.087
	2.408.010	2.482.087
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	1.156.277	(895.711)
	1.156.277	(895.711)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.564.287	1.586.376

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes de impostos	(24.835.033)	3.848.649
Gasto com impostos sobre o rendimento	3.564.287	1.586.376
Taxa efetiva de imposto	-	41,22%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	(5.052.556)	982.436
AJUSTAMENTOS:		
Resultados decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	86.932	813
Taxas diferenciadas de imposto	344.469	1.382.300
Gastos não aceites como custo fiscal	462.280	182.392
Provisões não aceites como gasto	121.036	304.818
Limitações à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos	943.032	-
Restituição de impostos	-	(93.355)
Outros rendimentos não tributados	(682.407)	(2.628.772)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(313.496)	(11.050)
Prejuízos fiscais gerados no período	6.135.733	2.335.144
Tributações autónomas	386.105	348.591
Impostos diferidos	1.156.277	(895.711)
Outros	(23.118)	(321.230)
	8.616.843	603.940
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.564.287	1.586.376

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nos termos do artigo 54º - A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

Os montantes incluídos na rubrica “Taxas diferenciadas de imposto” justificam-se, essencialmente, pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 21%.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	63.740	-	-	-	63.740
Gastos não aceites	3.404.741	182.887	-	(174.922)	3.412.706
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-
TOTAL	3.468.480	182.887	-	(174.922)	3.476.446

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	720.773	(33.999)	-	(29.879)	656.895
Rendimento a tributar	2.395.027	199.881	1.120.926	(66.158)	3.649.676
Depreciações não aceites	109.403	-	-	(109.403)	-
TOTAL	3.225.203	165.882	1.120.926	(205.440)	4.306.571

A 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	63.740	-	-	-	63.740
Gastos não aceites	3.288.643	(248.557)	364.654	-	3.404.741
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-
TOTAL	3.352.383	(248.557)	364.654	-	3.468.480

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	744.598	-	-	(23.825)	720.773
Rendimento a tributar	2.783.194	(301.658)	146.651	(233.160)	2.395.027
Depreciações não aceites	462.790	67.336	-	(420.723)	109.403
TOTAL	3.990.582	(234.323)	146.651	(677.708)	3.225.203

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existiam prejuízos fiscais reportáveis cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2024		31.12.2023	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Cientes, c/c	131.919.901	-	109.682.313	-
Cientes, c/garantias	9.382.376	-	9.046.399	-
Cientes de cobrança duvidosa	2.700.790	(2.700.790)	2.600.362	(2.600.362)
TOTAL	144.003.067	(2.700.790)	121.329.074	(2.600.362)

18.3. Financiamentos obtidos

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2024	31.12.2023
Contas caucionadas	23.978.531	19.994.622
Empréstimos bancários	45.915.885	17.409.592
Papel comercial	24.475.000	28.050.000
Locações financeiras	6.953.027	10.358.298
Descobertos bancários contratados	5.173.318	3.042.192
TOTAL	106.495.761	78.854.704

Adicionalmente, a maturidade, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2024	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	23.978.531	-
Empréstimos bancários	35.154.232	10.588.449
Papel comercial	-	24.475.000
Locações financeiras	3.738.365	3.387.867
Descobertos bancários contratados	5.173.318	-
TOTAL	68.044.445	38.451.316

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2023	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	19.994.622	-
Empréstimos bancários	4.677.309	12.732.283
Papel comercial	-	28.050.000
Locações financeiras	5.266.529	5.091.769
Descobertos bancários contratados	3.042.192	-
TOTAL	32.980.652	45.874.052

18.4. Outros investimentos financeiros e ativos financeiros detidos para negociação

Os investimentos financeiros em associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		INVESTIMENTO	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	13.511.551	(40.000)	-	13.511.551	(40.000)
Lusolav, S.A.	1.665	81.313	-	-	-	-
Lusolav II, S.A.	2.500	-	-	-	-	-
Lusolav III, S.A.	1.665	-	-	-	-	-
Lusolav IV, S.A.	2.500	-	-	-	-	-
Fundação da Construção, F.P.	20.000	-	-	-	-	-
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimento S.A.	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Títulos de dívida pública - corrente	-	-	-	2.633.217	-	-
Obrigações do Tesouro - não corrente	30.361.748	-	-	29.023.642	-	-
Outros - FCT	80.892	-	-	151.162	-	-
Outros	1.048	-	-	1.086	-	-
TOTAL	30.838.039	13.592.864	(40.000)	32.175.128	13.511.551	(40.000)
Outros investimentos financeiros não correntes		44.390.903			43.013.462	
Outros investimentos financeiros correntes		-			2.633.217	

As obrigações do tesouro de Angola são em USD e apresentam data de maturidade em 2026, pelo que o pagamento dos juros e o reembolso de capital são realizados em USD.

O investimento na concessionária "Rotas do Algarve Litoral, S.A." está relacionado com a ação intentada de direito à rescisão do vínculo contratual existente e o ressarcimento do investimento realizado, ação em que a Conduril considera vir a ter um desfecho favorável.

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A) RENDIMENTOS DE JUROS PARA ATIVOS FINANCEIROS:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos bancários e títulos	2.654.120	4.161.063
Outros	-	19
TOTAL	2.654.120	4.161.082

B) GASTOS DE JUROS PARA PASSIVOS FINANCEIROS:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos	4.694.750	3.243.621
Locações financeiras	391.758	483.196
Outros	16.610	88.393
TOTAL	5.103.118	3.815.210

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2024		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	125.949	-	(4.295)
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	125.949	-	(4.295)

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2023		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIAÇÕES
Clientes	-	-	-
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	-	-

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado. Em setembro de 2023, ocorreu um aumento de capital social por incorporação de reservas no montante de 1.000.000 euros.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2024, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

18.9. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica "Ações próprias", e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em "Reservas livres".

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detém 200.009 ações próprias.

18.10. Reservas legais

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido do período deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2024, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 2.507.563 euros.

18.11. Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral foi deliberado que o resultado líquido do período de 2023, no montante de 2.260.381 euros, fosse aplicado da seguinte forma: outras reservas em 1.360.385 euros e dividendos em 899.996 euros.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2024, existiam 137 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. A 31 de dezembro de 2024, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2024	31.12.2023
Custo dos serviços correntes	430.816	416.755
Custo juros	573.342	523.554
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo deduzido do juro líquido	(521.773)	(430.025)
Outras variações	187.332	79.140
TOTAL	669.717	589.424

A 31 de dezembro de 2024, estávamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 4.602.775 euros. Este montante encontra-se registado na rubrica "Credores por acréscimo de gastos". As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, "Ajustamentos/ outras variações de capital próprio", no montante de 3.502.236 euros (2023: 664.521 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2024 e 2023:

	PRESSUPOSTOS 2024	PRESSUPOSTOS 2023
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	3,40%	4,60%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	487	512
Beneficiários	137	127

19.2. Benefícios de caráter social

A 31 de dezembro de 2024, os gastos relacionados com a atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2024	31.12.2023
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e bolsas de estudo	118.900	117.563
Formação técnico-profissional, humana e cultural	23.705	22.043
Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais	11.850	7.348
TOTAL	154.455	146.954

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	96.279	75.542
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.474.125	13.250.529
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5.405.751	6.595.641
Outras tributações	444.536	611.981
TOTAL	15.420.691	20.533.693

PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	690.723	724.904
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.513.865	10.907.184
Contribuições para a Segurança Social	984.410	1.050.488
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.979.224	1.699.891
Outras tributações	395.275	401.149
TOTAL	8.563.497	14.783.616

20.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços, a 31 de dezembro de 2024 e 2023 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2024	31.12.2023
Mercado interno	50.928.670	113.722.549
Mercado externo	73.035.000	69.706.804
TOTAL	123.963.670	183.429.353

20.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Subcontratos	22.538.772	51.396.342
Serviços especializados	9.974.928	6.829.132
Materiais	1.568.848	1.122.901
Energia e fluidos	2.227.825	2.358.484
Deslocações, estadas e transportes	6.687.656	5.824.759
Rendas e alugueres	5.613.220	4.535.520
Comunicação	246.141	245.194
Seguros	1.520.244	1.122.279
<i>Royalties</i>	3.209	3.798
Contencioso e notariado	73.646	30.066
Despesas de representação	18.039	65.713
Limpeza, higiene e conforto	423.107	377.991
Outros serviços	1.693.931	1.737.858
TOTAL	52.589.566	75.650.037

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Remunerações dos órgãos sociais	1.516.699	1.631.592
Remunerações do pessoal	39.822.784	39.099.172
Benefícios pós-emprego (Nota 19.1)	669.717	589.424
Indemnizações	130.298	93.183
Encargos sobre remunerações	5.779.619	5.981.346
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	1.652.369	1.621.793
Gastos de ação social	1.825.022	1.666.454
Outros	1.502.983	915.378
TOTAL	52.899.491	51.598.342

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número médio de empregados foi de 2.637 e 2.522, respetivamente.

20.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos suplementares	1.773.273	2.080.201
Descontos de pronto pagamento obtidos	8.502	79.815
Diferenças de câmbio favoráveis	5.083.019	7.930.398
Ganhos em inventários	3.274	-
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	14.240	2.032
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.608.178	324.257
Juros obtidos	2.654.120	4.161.082
Dividendos obtidos	195.673	393.687
Correções relativas a períodos anteriores	40.131	22.764
Benefícios contratuais	125.007	200.997
Outros	224.399	1.054.096
TOTAL	11.729.816	16.249.329

20.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Impostos	1.770.065	2.039.826
Descontos de pronto pagamento concedidos	3	1.679
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.949.430	5.897.475
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	3.291.569	299.805
Multas e penalidades	51.650	48.050
Correções relativas a períodos anteriores	505.535	79.519
Outros	20.550	341.930
TOTAL	9.588.802	8.708.284

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2024	31.12.2023
Juros suportados	5.086.508	3.726.817
Outros gastos e perdas de financiamento	672.647	1.356.253
TOTAL	5.759.155	5.083.070

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2024	31.12.2023
Gastos a reconhecer - seguros	845.984	847.481
Outros diferimentos	519.921	482.686
TOTAL	1.365.905	1.330.167

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	5.046.272	5.243.797
Outros diferimentos	4.657	7.114
TOTAL	5.050.929	5.250.911

20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores saldos devedores	742.244	557.791
Adiantamento a fornecedores	2.737.136	1.338.035
Devedores por acréscimos de rendimentos	41.915.571	32.428.387
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	685.616
Pessoal	24.120	9.373
Devedores diversos	6.191.783	7.305.088
TOTAL	51.660.605	42.324.290

O montante relativo a “Devedores por acréscimos de rendimentos” está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Clientes saldos credores	26.616	61.200
Pessoal	1.537.680	1.486.687
Fornecedores de investimentos	1.716.755	151.798
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	3.159.162	2.910.151
Credores por acréscimos de gastos - outros	6.765.256	3.640.555
Credores diversos	795.973	2.322.608
TOTAL	14.001.442	10.572.999

20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe no relatório de gestão individual que o Resultado líquido negativo do período de 2024, no montante de 28.403.623 euros, seja transferido integralmente para Resultados Transitados. Propõe, ainda, que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras reservas.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho:

21.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2024	31.12.2023
Portugal	51.923.072	115.067.712
Angola	26.721.537	18.474.667
Moçambique	29.281.798	13.383.279
Zâmbia	3.427.003	10.578.933
Malawi	7.687.321	18.919.031
Gabão	4.922.939	7.005.731
TOTAL	123.963.670	183.429.353

21.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2024, ascenderam a 36.850 euros (2023: 35.850 euros).

21.3. Eventos subsequentes

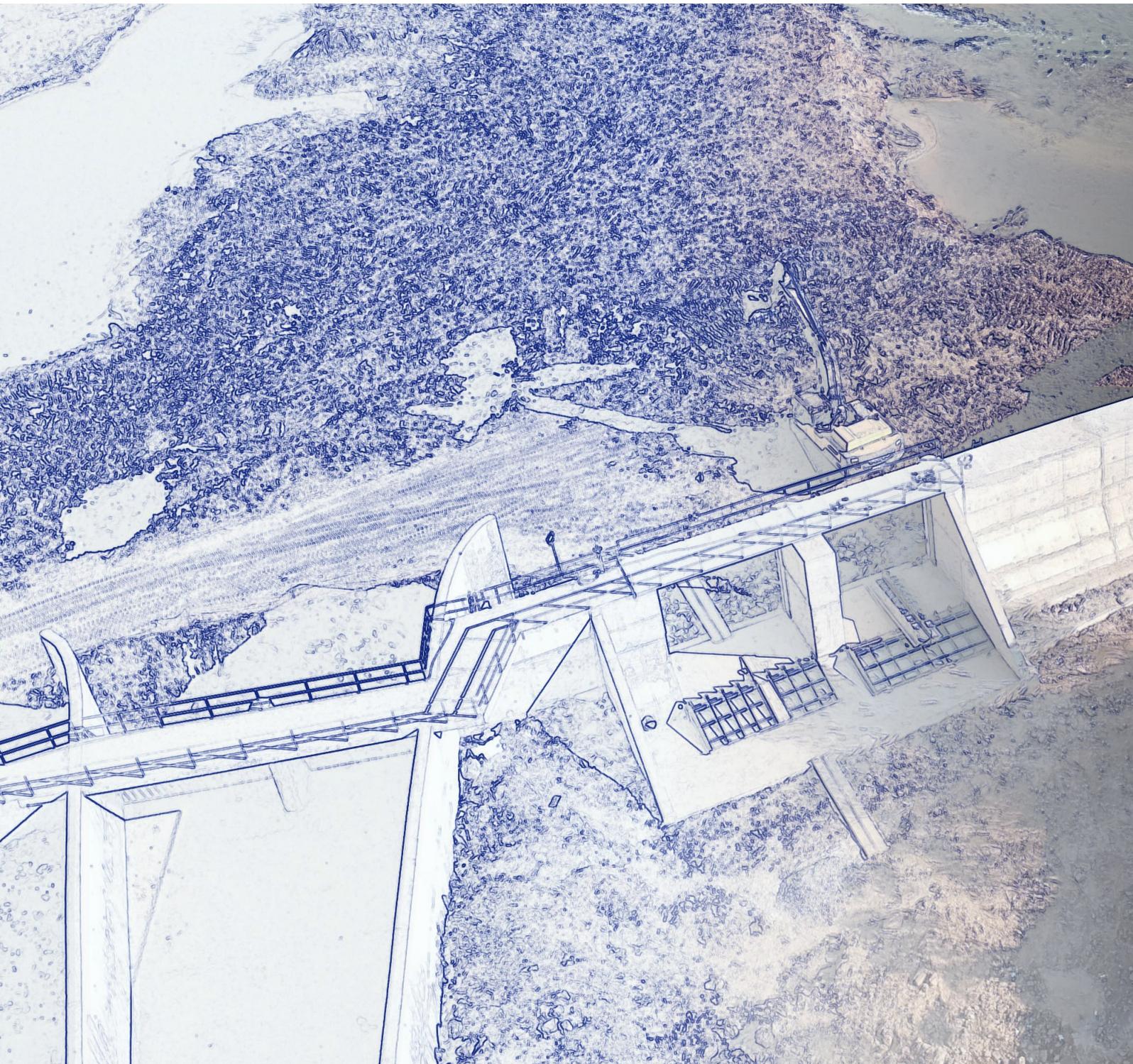
Não foram identificados eventos subsequentes que tenham impacto nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024, que tenham ocorrido entre o final do período e a presente data.

A Administração,

O Contabilista Certificado,

4^o

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**





CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2024

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidadas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera que refletem fielmente a atividade desenvolvida e a situação patrimonial da Conduril - Engenharia, S.A. numa ótica consolidada.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve por parte da sua representante as informações e os esclarecimentos solicitados no âmbito da atividade de fiscalização aos documentos de prestação de contas, e tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas e enviado ao Conselho de Administração, bem como da certificação legal das contas do exercício de 2024, cuja teor merece a sua concordância, o qual se apresenta sem reservas nem ênfases.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2024, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024,
2. que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido negativo de 2024, no montante de 28.403.623 euros (vinte e oito milhões, quatrocentos e três mil, e seiscentos e vinte e três euros), seja transferido integralmente para Resultados Transitados e que os referidos resultados sejam cobertos pela rubrica de Outras Reservas.

Ermesinde, 29 de Abril de 2025

O CONSELHO FISCAL

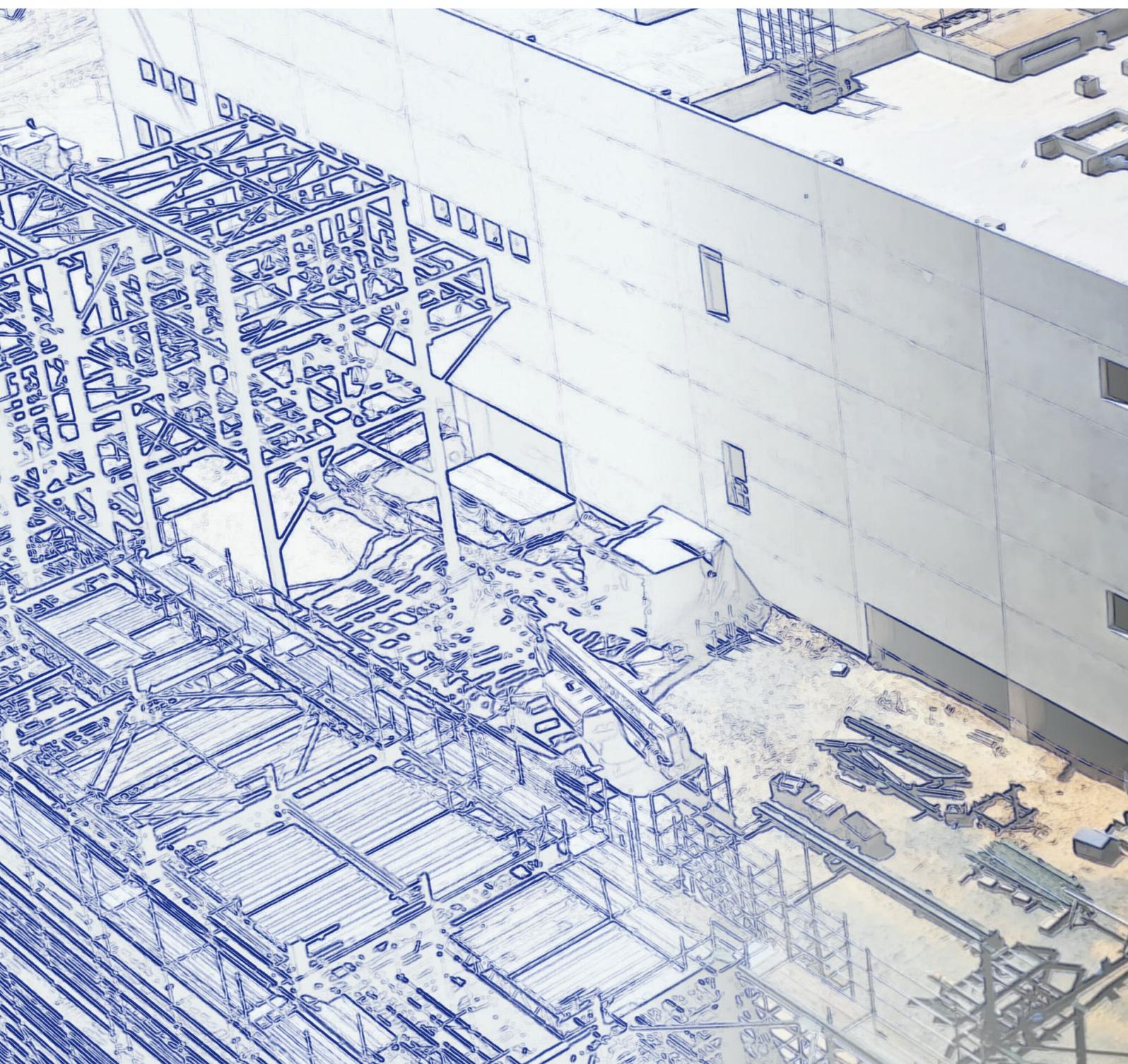
Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos

Deolinda Paula Baptista Nunes

Jorge Manuel Silva Tavares

5°

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS**





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 368.389.370 euros e um total de capital próprio de 146.921.411 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 28.403.623 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais

de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de abril de 2025

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738

CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920 | geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 929 637 913/9 | expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4,
Tchumene 2,
Parcela 3380/12 - Matola - Moçambique
T. +258 203 004 71 | delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka - Zambia
T. +260 211 291 441 | zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre - Malawi
T. +265 994 956 884 | malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua de São Gonçalo,
n.º 2013 - 2.º Dt.º
9500-343 Ponta Delgada - Portugal
T. +351 296 653 468 | geral@conduril-acoeres.pt

MÉTIS

Parque Industrial de Viana - B.º
Capalanga
Município de Viana - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 212 517 | expgeral@metis-engenharia.com

URANO

Polo Industrial de Viana, Zona do Km 25
Município de Viana - Comuna do Zango - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 133 245 | geral@urano-metalomecanica.com

EDIRIO

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 22
4825-087 Água Longa - Santo Tirso
T. +351 229 688 411 | geral@edirio.pt

